

celebrado contrato trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, sujeito a período experimental com a trabalhadora Ana Natália Medeiros de Sousa, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019, ficando posicionada na 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente técnico e nível remuneratório 5, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 dezembro.

7 de fevereiro de 2019. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.  
312062133

#### Aviso n.º 3998/2019

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum, para ocupação de dois postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, aberto pelo Aviso n.º 1405/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 21, de 30 de janeiro, foi celebrado contrato trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, sujeito a período experimental com o trabalhador Daniel Filipe Pereira Soares Gonçalves, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019, ficando posicionado na 1.ª posição remuneratória da carreira/categoria de assistente técnico e nível remuneratório 5, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 dezembro.

7 de fevereiro de 2019. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.  
312062206

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 2552/2019

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 10 do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual, reconhece-se que a Fundação Minerva — Cultura — Ensino e Investigação Científica, com sede na Rua da Junqueira, n.ºs 188 a 198, em Lisboa, com o número de identificação de pessoa coletiva 501679260, entidade instituidora e titular das Universidades Lusíada, se enquadra na alínea *g*) do n.º 6 do referido artigo 62.º do EBF e prossegue atividades regulares consideradas de interesse educacional, pelo que, e conforme previamente requerido pela mencionada entidade, os donativos recebidos no corrente ano de 2019 podem beneficiar do regime fiscal previsto no capítulo X do EBF, no pressuposto da não alteração do respetivo regime jurídico e desde que os respetivos mecenas não tenham, no final do ano ou período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à Segurança Social, ou tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objeto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

11 de fevereiro de 2019. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

312062044

#### Despacho n.º 2553/2019

Considerando que nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Fundação Universidade do Porto, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2009, de 27 de abril, o seu conselho de curadores é composto por cinco personalidades de elevado mérito e experiência profissional reconhecidos como especialmente relevantes;

Considerando que, nos termos da mesma norma legal, os curadores são nomeados pelo Governo sob proposta da Universidade do Porto para um mandato de cinco anos, renovável uma única vez;

Sob proposta da Universidade do Porto;

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 8.º dos Estatutos da Fundação Universidade do Porto aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2009, de 27 de abril:

Nomeio, como membro do conselho de curadores da Fundação Universidade do Porto, Odete Maria Alves da Silva Patrício, cuja nota curricular se publica em anexo ao presente despacho.

28 de fevereiro de 2019. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

## ANEXO

### Odete Maria Alves da Silva Patrício

Odete Maria Alves da Silva Patrício, residente no Porto, obtém a licenciatura em Economia no ano de 1977, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e detém uma Pós-Graduação em Análise Financeira, da mesma Faculdade, em 1989/90.

Iniciou a sua atividade profissional em 1979 nos Laboratórios Bial como Assessora do Presidente do Conselho de Administração, no Gabinete de Análise Económica (GAE), gabinete este de que foi a primeira titular.

Em 1982, transitou para o BPA — Banco Português do Atlântico, onde trabalhou como analista financeira no Gabinete Central de Análise Económica e Financeira e avaliou grandes projetos de investimento, de que se destacam o estudo da viabilidade do primeiro Hipermercado Continente e do primeiro empréstimo obrigacionista do Grupo Sonae; mais tarde, entre 1986 e 1989, assumiu a função de Investment Adviser e Dealer no Mercado de Capitais na Direção Financeira — Investimento Institucional Estrangeiro, assegurando os contactos permanentes com algumas das maiores casas de Investimento Internacional, nomeadamente Morgan Stanley, Warburg Asset Management, Shearson Lehman, Fidelity Investments, Bear Sterns Asset Management, Credit Suisse First Boston, entre outros.

Foi, entre 1989 e 1991, Diretora-Geral da Companhia Portuguesa de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário (CPG — FIPOR), onde foi responsável pela criação, lançamento e gestão de fundos de investimento mobiliário.

Em outubro de 1991, assume a função de Diretora-Geral da Fundação de Serralves, até janeiro de 2017. No âmbito das suas funções, destaca-se a representação hierárquica do Conselho de Administração junto dos restantes órgãos da Fundação, a responsabilidade pela prossecução dos seus objetivos estratégicos e operacionais e gestão global da Fundação, assegurando o seu regular funcionamento institucional, em todas as suas vertentes, programáticas, operacionais, financeiras, legais e fiscais, de comunicação e marketing, comerciais e mecenas, patrimoniais e humanas, através de uma gestão rigorosa, eficaz e eficiente.

No âmbito das suas funções, liderou a criação da 1.ª Incubadora de Industrias Criativas em Portugal e da ADDICT — Agência para o Desenvolvimento das Industrias Criativas, outubro de 2008. Entre abril de 2009 e junho de 2011 foi Presidente do Conselho Geral do Politécnico do Porto (P.PORTO).

Desde janeiro de 2000 até dezembro de 2010, integrou a Direção da Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Economia do Porto (AAAFEP). Foi Membro do Conselho Consultivo do Programa de Ignição para as Industrias Criativas do Portugal Ventures, entre 2014 e 2016. Foi Membro do Conselho Científico da Fundação Marques da Silva até dezembro 2017. Foi distinguida em outubro de 2010 como Profissional do Ano pelo Rotary Club do Porto.

Na presente data: é membro do Conselho de Curadores da Universidade do Porto, desde fevereiro de 2014; é vereadora na Câmara Municipal do Porto, eleita nas listas do Partido Socialista, cargo que exerce a partir de 25 de outubro de 2017, sem pelouro; é membro do Conselho Fiscal da Fundação Casa da Música a partir de maio de 2018; é Consultora, em regime de profissão liberal, em organismos públicos e privados; tem sido palestrante convidada em várias prestigiadas instituições e tem publicado textos em edições da especialidade.

312109802

## EDUCAÇÃO

### Direção-Geral da Administração Escolar

#### Despacho n.º 2554/2019

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, ao professor a seguir indicado, que concluiu com aproveitamento, no biénio de 2005-2006, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensado do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de outubro

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2006.